

O FIO INDIVISÍVEL DA EDUCAÇÃO

ROGÉRIO GONÇALVES revela como a união entre Educação em Direitos Humanos, Educomunicação e Gestão Democrática contribui para a melhoria do ensino público no município de São Paulo.

MUITO ALÉM DAS PÁGINAS



MULHERES
BIOGRAFIAS
QUE INSPIRAM



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.64>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adelfson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adelfson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I. Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 64 (abr. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 222 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/2673-2573.rpe.64>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

07 Sobre filas, silêncios e aprendizados invisíveis

Mirella Clerici

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

14 POIESIS

J. Wilton

16 O FIO INDIVISÍVEL DA EDUCAÇÃO - Rogério Gonçalves

J. Wilton e Cleia Teixeira



ARTIGOS

1. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO <i>Adriana Silva de Santana Barros</i>	25
2. CONHECIMENTO DOS MORADORES DO ZANGO III SOBRE O USO DE MEDICAMENTOS PARA O TRATAMENTO DA OXIÚROS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025 <i>Aldair de Jesus Adão / Calunda dos Santos Jorge</i>	31
3. DESAFIOS, AVANÇOS E CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA <i>Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho</i>	36
4. O ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA PÚBLICA <i>Ana Elisa Bagó de Oliveira</i>	42
5. ENTRE O BRINCAR E O APRENDER: AS METODOLOGIAS ATIVAS COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Carina Fardim Soares</i>	52
6. PLURALIDADE DA INTELIGÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E IMPLICAÇÕES JURÍDICO-EDUCACIONAIS <i>Claudiene Alves da Silva</i>	61
7. O PAPEL DO PROFESSOR MEDIADOR NA FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO <i>Denise Teixeira Santos Menezes</i>	68
8. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IDENTIDADES E SUBJETIVIDADES NA INFÂNCIA <i>Diego Agostinho Dynczki</i>	75
9. TECNOLOGIA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Edna Farias Cordeiro</i>	85
10. A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA PARA A SOCIEDADE <i>Emanuel Ramos Barra</i>	90
11. A HUMANIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA: ESTUDO DE CASO NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE LUANDA <i>Esmael Joaquim Machado</i>	95
12. DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E DA IMAGINAÇÃO ATRAVÉS DA NARRATIVA ORAL <i>Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro</i>	100
13. GESTÃO DA CARREIRA NO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DE LUANDA E NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO TOCOÍSTA <i>Guilherme Mateus Moma</i>	106
14. GESTÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES EM ANGOLA: CASO DE ESTUDO "HOSPITAL PEDIÁTRICO DAVID BERNARDINO" <i>João Francisco Marcelino</i>	114
15. A POSSIBILIDADE DAS ARTES, DOS BRINQUEDOS E DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Joice Botelho Silva</i>	120
16. IMPLICAÇÕES DO SISTEMA POLÍTICO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL NO MUNICÍPIO DE BOLONGONGO (CUANZA NORTE, ANGOLA, 2002-2026) <i>José Manuel dos Santos</i>	126
17. LINGUAGENS DAS INFÂNCIAS: ESCUTA, INVESTIGAÇÃO E DESCOBERTAS <i>Lilian Silvana Minho Zanetta</i>	133
18. A MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, LINGUAGEM E INCLUSÃO <i>Luciana Cardoso de Souza</i>	140
19. A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E O MATERIAL DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ESPACIAL CRÍTICO <i>Luciane de Jesus Mineiro de Lima</i>	144
20. O BRINCAR COMO EIXO DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Lusilene da Rocha Alves</i>	153
21. A CONFISSÃO COMO EFEITO DA REVELIA FACE A NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANGOLANO <i>Manuel Dungula Samaia Chivinga</i>	158
22. BAIXA ADEÇÃO AO APOIO PSICOLÓGICO NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE OLINDA RODRIGUES <i>Manuel Paulo Chamorro</i>	167
23. A CULTURA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MEDIAÇÃO, EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO LEITORA <i>Marcilene Belisse Pazos</i>	175
24. A IMPORTÂNCIA DAS ROTINAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA E DOS HÁBITOS DE APRENDIZAGEM <i>Maria de Lourdes Ferreira da Silva</i>	178
25. EFEITOS DA PRIVAÇÃO DO SONO NOTURNO SOBRE O RENDIMENTO ACADÊMICO DE UNIVERSITÁRIOS <i>Mario Adelino Miranda Guedes</i>	183
26. BRINQUEDOS, CORPOS E EXPECTATIVAS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Mirella Clerici</i>	188
27. SAÚDE MENTAL DE JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS PSICOSSOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO <i>Moizes Antonio dos Santos</i>	199
28. A INTEGRAÇÃO ENTRE AS TECNOLOGIAS E O LETRAMENTO <i>Orlaneide Ferreira Santos Diamante</i>	212
29. FAMÍLIA E ESCOLA COMO CONTEXTOS COMPLEMENTARES NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Renato Souza de Oliveira Carvalho</i>	217

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP



IMPLICAÇÕES DO SISTEMA POLÍTICO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL NO MUNICÍPIO DE BOLONGONGO (CUANZA NORTE, ANGOLA, 2002–2026)

José Manuel dos Santos¹

RESUMO

O presente estudo tem como objectivo geral analisar as implicações do sistema político no desenvolvimento económico local no Município do Bolongongo em Angola. Como objectivos específicos, pretende-se identificar os principais desafios e oportunidades, analisar o papel das instituições políticas, bem como avaliar a influência da descentralização no desenvolvimento local, destacar a importância das políticas públicas e evidenciar o papel do desenvolvimento local na promoção do crescimento sustentável. O estudo centra-se no período compreendido entre 2002 e 2026, correspondente à fase pós-conflito em Angola. Para a sua realização, adotou-se uma abordagem qualitativa, de carácter descritivo, com base no método indutivo, recorrendo à análise documental, revisão da literatura e observação da realidade político-administrativa em contextos locais. Os resultados evidenciam que o desenvolvimento económico local depende, em grande medida, da qualidade das instituições políticas, do nível de descentralização administrativa e da eficácia dos mecanismos de governação. Observou-se que a excessiva centralização do poder, a limitada autonomia dos municípios e a fraca participação dos cidadãos constituem obstáculos relevantes ao progresso local. No entanto, um sistema político mais transparente, estável e orientado para a responsabilização é essencial para promover o desenvolvimento económico local e contribuir para a redução da pobreza. Nesse sentido, recomenda-se o fortalecimento da governação local, o incentivo à participação cidadã e a adoção de políticas públicas mais inclusivas e ajustadas às realidades locais.

Palavras-chave: Angola. Desenvolvimento. Governação. Sistema político.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das sociedades está intrinsecamente ligado à forma como os Estados se organizam politicamente e estruturam as suas instituições. Nos países em desenvolvimento, os desafios económicos e sociais não decorrem apenas da escassez de recursos, mas também de fragilidades institucionais, limitações na governação pública e baixos níveis de participação cidadã (NORTH, 1990).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2022), a qualidade da governação constitui um factor determinante para o desenvolvimento humano, influenciando directamente a eficiência das políticas públicas e a capacidade do Estado em promover crescimento económico sustentável. Neste contexto, instituições frágeis e sistemas excessivamente centralizados tendem a reduzir a eficácia da acção governativa e a limitar o desenvolvimento económico local.

¹ Mestre em Gestão Pública e Governação Local pela Faculdade de Direito, UAN e Licenciado em Gestão e Administração Pública pela Faculdade de Ciências Sociais da UAN; Docente Universitário; Chefe do Departamento de Ciências Sociais e Humanidades do Instituto Superior Politécnico de Kanganjo, ISKA e Membro do Gabinete da Qualidade de Ensino do ISKA. Membro do Conselho Científico e do Conselho de Direcção.

josmelsa@gmail.com

A literatura contemporânea sobre desenvolvimento destaca ainda que o progresso económico está fortemente associado à existência de instituições inclusivas, capazes de promover inovação, investimento e equidade na distribuição dos recursos (ACEMOGLU & ROBINSON, 2012). Complementarmente, SEN (2000) defende que o desenvolvimento deve ser entendido como expansão das liberdades humanas, incluindo a participação política e o acesso a oportunidades económicas e sociais.

A descentralização administrativa é frequentemente apontada como uma estratégia fundamental para aproximar o poder das populações e melhorar a eficiência das políticas públicas ao nível local (RONDINELLI, 1981). Assim, a governação local assume um papel central na promoção de modelos de desenvolvimento mais equilibrados e sustentáveis.

No caso de Angola, o percurso histórico marcado pelo período colonial, pelo conflito armado e pela fase de reconstrução pós-2002 influenciou profundamente as dinâmicas institucionais e económicas do país. Apesar dos avanços registados na estabilidade política e no crescimento económico, persistem desafios relacionados com a centralização administrativa, desigualdades regionais e fraca capacidade institucional ao nível local (FERREIRA, 2018; HODGES, 2001).

Neste contexto, o Município do Bolongongo, localizado na Província do Cuanza Norte, apresenta-se como um espaço relevante de análise. O município possui potencial significativo nos sectores agrícola, florestal e hídrico, porém enfrenta limitações estruturais como fracas infraestruturas, dificuldades de mobilidade e ausência de projectos estruturados de desenvolvimento económico local.

Deste modo, torna-se pertinente analisar de que forma o sistema político influencia o desenvolvimento económico local neste município, considerando o papel da governação, da descentralização administrativa e da capacidade institucional.

Assim, o problema de investigação que orienta este estudo é: **de que forma o sistema político influencia o desenvolvimento económico local no Município do Bolongongo?**

Parte-se da hipótese de que a centralização administrativa e a fragilidade institucional limitam a eficácia das políticas públicas e comprometem o aproveitamento do potencial económico local.

JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento das nações está intimamente associado à organização política e administrativa do Estado, bem como à capacidade das instituições públicas de promover políticas eficazes de crescimento económico e inclusão social. Nesse sentido, o desenvolvimento económico local assume um papel estratégico, pois permite mobilizar os recursos disponíveis nas comunidades e transformá-los em oportunidades concretas de progresso.

A relação entre o poder central e a governação local tem sido amplamente discutida ao longo da história. Como destaca BARBOSA (1920), o Estado não pode existir plenamente sem a vitalidade das suas estruturas locais, evidenciando a importância das municipalidades na organização política. Essa perspectiva reforça a ideia de que o fortalecimento das instituições locais não é apenas complementar, mas essencial para a consolidação de um Estado funcional e equilibrado.

De forma complementar, SEN (2000) defende que o desenvolvimento deve ser entendido como expansão das liberdades e capacidades humanas, e não apenas como crescimento económico. A partir dessa visão, compreende-se que o desenvolvimento local depende da criação de condições institucionais que permitam aos indivíduos participar activamente na vida económica e social, o que reforça o papel das políticas públicas inclusivas e descentralizadas.

Por outro lado, NORTH (1990) enfatiza que as instituições são determinantes fundamentais do desempenho económico, uma vez que moldam os incentivos e condicionam as interações entre os actores sociais. Essa abordagem permite interpretar que fragilidades institucionais ao nível local tendem a limitar o aproveitamento eficiente dos recursos disponíveis, comprometendo o desenvolvimento sustentável.

No caso do Município de Bolongongo, estas reflexões assumem particular relevância, tendo em

conta que as limitações na implementação de políticas públicas têm condicionado o aproveitamento do seu potencial económico. Embora o município disponha de recursos naturais e agrícolas significativos, a escassez de investimentos estruturantes e as fragilidades ao nível das infraestruturas têm dificultado a sua conversão em resultados concretos de desenvolvimento.

Neste contexto, a análise das implicações do sistema político no desenvolvimento económico local torna-se fundamental para compreender como factores como a governação, os níveis de descentralização e a capacidade institucional influenciam a dinâmica económica e social do território.

A pertinência do estudo reside, ainda, na necessidade de aprofundar a compreensão sobre a relação entre governação e desenvolvimento local, sobretudo em realidades onde o potencial existente não se traduz, de forma proporcional, em melhorias nas condições de vida da população. Assim, o caso de Bolongongo permite evidenciar o peso dos factores políticos e institucionais na valorização dos recursos disponíveis, destacando a importância de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e ajustadas às especificidades locais.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, orientada pelo método indutivo, com o objetivo de analisar as implicações do sistema político no desenvolvimento económico local no Município do Bolongongo.

A opção pela abordagem qualitativa fundamenta-se na necessidade de compreender fenómenos sociais e institucionais complexos, como a governação e a descentralização, a partir do seu contexto real, conforme defendem CRESWELL (2014), ao afirmar que este tipo de abordagem permite interpretar significados e dinâmicas sociais.

Do ponto de vista dos objetivos, o estudo é descritivo, por procurar caracterizar a realidade analisada, e exploratório, por incidir sobre um contexto ainda pouco estudado ao nível local, conforme GIL (2008).

Foram utilizadas as seguintes técnicas:

- a) **Análise documental:** baseada em relatórios institucionais, legislação e documentos oficiais sobre governação e desenvolvimento local, conforme LAKATOS & MARCONI (2010), que destacam a importância desta técnica na investigação social.
- b) **Revisão bibliográfica:** sustentada em obras científicas e artigos académicos relevantes, permitindo a construção do enquadramento teórico do estudo.
- c) **Observação directa não participante:** utilizada para compreender a realidade político-administrativa do município, conforme YIN (2016), que destaca a observação como técnica válida em estudos qualitativos.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, permitindo a interpretação sistemática das informações recolhidas, conforme BARDIN (2011), com base em categorias como governação, descentralização e capacidade institucional.

O estudo incide sobre o Município do Bolongongo, na Província do Cuanza Norte, no período de 2002 a 2026, correspondente à fase pós-conflito em Angola.

A investigação apresenta limitações relacionadas à escassez de dados estatísticos locais e à dificuldade de acesso a informações institucionais atualizadas, o que pode condicionar a profundidade da análise.

HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO EM ANGOLA

A compreensão do sistema político angolano exige uma análise histórica dos acontecimentos que moldaram a organização do Estado. Durante o período colonial, Angola foi administrada de forma fortemente centralizada, marcada por profundas desigualdades sociais e económicas e pela exclusão da maioria da população dos processos de decisão. Segundo DAVIDSON (1981), o colonialismo português estruturou-se com base na exploração económica e na concentração do poder, limitando o desenvolvimento de instituições locais autónomas. Essa perspectiva permite compreender que as fragilidades institucionais actuais têm raízes históricas profundas.

Com o surgimento de movimentos como o MPLA, a FNLA e a UNITA, a luta pela independência intensificou-se na segunda metade do século XX, tendo culminado com a independência em 1975. De acordo com PÉLISSIER (1977), estes movimentos emergiram num contexto de contestação ao domínio colonial e de afirmação nacionalista, embora marcados por divergências ideológicas e regionais. Tal análise evidencia que a diversidade de interesses políticos desde o período pré-independência influenciou a configuração do sistema político angolano.

Após a independência, o país adoptou um modelo político de inspiração socialista, caracterizado pela centralização do poder e pelo predomínio de um sistema de partido único. Conforme observa HODGES (2001), este modelo procurava garantir a unidade nacional, mas acabou por limitar a pluralidade política e a autonomia das estruturas locais. Essa interpretação permite compreender como a centralização se consolidou como característica marcante do Estado angolano.

Entretanto, o prolongado conflito armado comprometeu significativamente o desenvolvimento económico e social do país, destruindo infraestruturas e fragilizando as instituições públicas. Com o fim da guerra civil em 2002, Angola entrou numa nova fase marcada pela reconstrução nacional, maior estabilidade política e crescimento económico, embora persistam desafios relacionados com a diversificação económica, a descentralização e a inclusão social.

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento evoluiu ao longo do tempo. Inicialmente associado ao progresso económico, passou a incorporar dimensões sociais, políticas e ambientais.

Segundo SACHS (2005), o desenvolvimento deve ser entendido como um processo orientado para a melhoria das condições de vida. Já SEN (2000) defende que o desenvolvimento consiste na expansão das liberdades humanas, incluindo o acesso à educação, saúde e participação política.

O desenvolvimento humano ganhou destaque com os relatórios do PNUD, que avaliam o progresso para além dos indicadores económicos.

A qualidade da governação é essencial para a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável (ANNAN, 2002).

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL

O desenvolvimento económico local (DEL) tem sido amplamente reconhecido como uma estratégia fundamental para promover o crescimento sustentável e melhorar as condições de vida das populações. Trata-se de um processo participativo que envolve diferentes actores sociais, incluindo governos locais, sector privado, organizações da sociedade civil e a própria comunidade.

O (DEL) assenta na capacidade das comunidades em identificar e mobilizar os seus próprios recursos, promovendo iniciativas que estimulem a atividade económica e a criação de emprego (SWINBURN; GOGA; MURPHY, 2006). Nesse sentido, o desenvolvimento deixa de ser um processo exclusivamente centralizado, passando a valorizar as dinâmicas locais.

Além disso, como referem PHILLIPS e PITTMAN (2009), o desenvolvimento local depende da cooperação entre diferentes actores, sendo fundamental a existência de instituições capazes de coordenar esforços e promover um ambiente favorável ao investimento e à inovação.

Segundo PORTER (1993), a identificação das vantagens competitivas de cada região permite orientar políticas públicas mais eficazes, alinhadas com as potencialidades locais. Dessa forma, o desenvolvimento económico local contribui para um crescimento mais equilibrado e sustentável.

RELAÇÃO ENTRE SISTEMA POLÍTICO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL

A relação entre o sistema político e o desenvolvimento económico local tem sido amplamente debatida nas áreas da ciência política e da economia do desenvolvimento. O funcionamento das instituições políticas influencia directamente a formulação e a implementação de políticas públicas, bem como a forma como os recursos são distribuídos na sociedade.

Segundo ACEMOGLU e ROBINSON (2012), o desenvolvimento das nações está profundamente

ligado à qualidade das suas instituições. Instituições inclusivas tendem a promover crescimento económico, inovação e investimento, enquanto instituições extractivas limitam as oportunidades e concentram riqueza.

O desenvolvimento sustentável depende da existência de instituições eficientes, capazes de garantir transparência, responsabilidade e boa gestão dos recursos públicos (STIGLITZ, 2002).

Quando o sistema político é estável e orientado para o interesse público, torna-se mais fácil criar políticas eficazes, atrair investimentos e dinamizar as economias locais. Em contrapartida, contextos marcados por instabilidade, corrupção ou centralização excessiva tendem a comprometer o desenvolvimento.

A descentralização administrativa surge, assim, como uma estratégia relevante. Ao aproximar a tomada de decisão das comunidades, permite a implementação de políticas mais ajustadas às realidades locais, aumentando a sua eficácia.

CONTEXTO POLÍTICO E ECONÓMICO DE ANGOLA

O contexto político e económico de Angola apresenta características específicas que influenciam directamente o desenvolvimento económico local. Após a independência em 1975, o país enfrentou um longo período de conflito armado que se prolongou até 2002, afectando profundamente as estruturas económicas, sociais e institucionais.

No caso do Município de Bolongongo, os impactos históricos reflectem-se na debilidade das infraestruturas básicas, particularmente nas vias de comunicação, que permanecem precárias, dificultando a circulação de pessoas, bens e serviços. Esta limitação territorial contribui para o isolamento económico do município face aos principais centros urbanos da província.

Apesar disso, o território apresenta recursos naturais significativos, com potencial para agricultura diversificada, exploração florestal e aproveitamento dos recursos hídricos. No entanto, a ausência de projectos estruturados de desenvolvimento económico local limita a transformação dessas potencialidades em crescimento económico sustentável.

De acordo com FERREIRA (2005), a guerra civil teve um impacto significativo na destruição de infraestruturas e na fragilização das instituições, condicionando o desenvolvimento do país durante várias décadas.

Com o fim do conflito, Angola entrou numa fase de reconstrução nacional e crescimento económico, impulsionado sobretudo pela exploração de recursos naturais, em particular o petróleo. Segundo FERREIRA (2018), esse crescimento permitiu avanços importantes, mas não foi suficiente para garantir um desenvolvimento equilibrado.

Apesar dos progressos, persistem desafios relacionados com a diversificação da economia, a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento das instituições. Nesse contexto, o desenvolvimento económico local surge como uma estratégia essencial para estimular actividades económicas diversificadas e promover o empreendedorismo.

DESAFIOS ESTRUTURAIS

Apesar dos avanços registados a nível nacional, o Município de Bolongongo continua a enfrentar desafios estruturais que condicionam o seu desenvolvimento económico.

Um dos principais entraves é a fraca infraestrutura rodoviária, que dificulta o escoamento da produção agrícola e limita o acesso a mercados regionais. Esta situação contribui para a baixa competitividade da produção local.

Outro desafio relevante é a ausência de projectos estruturantes de desenvolvimento económico local, o que impede a valorização dos recursos agrícolas, hídricos e florestais existentes.

A insuficiência de capital humano qualificado também se faz sentir, limitando a capacidade de inovação e de gestão eficiente dos recursos disponíveis. Paralelamente, a fraca presença institucional ao nível local reduz a eficácia das políticas públicas e dificulta a implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável.

Assim, apesar do elevado potencial económico, o município permanece numa situação de subaproveitamento dos seus recursos naturais.

Segundo ROCHA (2015), a concentração das receitas no petróleo torna a economia vulnerável às oscilações do mercado internacional, limitando a diversificação produtiva.

As desigualdades regionais representam outro problema significativo. Segundo ZAU (2011), o desenvolvimento equilibrado exige políticas que valorizem as potencialidades locais e promovam maior inclusão territorial.

Além disso, a corrupção continua a ser um factor crítico. A corrupção enfraquece as instituições, reduz a confiança dos cidadãos e compromete o desenvolvimento económico e social (ANNAN, 2002).

Por fim, a fraca diversificação da economia reforça o chamado “paradoxo da abundância”, segundo o qual países ricos em recursos naturais nem sempre conseguem traduzir essa riqueza em desenvolvimento sustentável (COLLIER, 2007). Esta problemática é intensificada por um elevado grau de centralização administrativa, onde o governo provincial assume um papel predominante na definição e execução de projectos, muitas vezes sobrepondo-se às competências da administração municipal. Como consequência, o poder local vê-se limitado na sua capacidade de planear e implementar estratégias próprias, o que reduz a eficiência das políticas públicas e enfraquece o desenvolvimento económico local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerou-se que existe uma forte discrepância entre o potencial de recursos naturais e o nível real de desenvolvimento económico local do Município no período em estudo. A qualidade das instituições, a ausência de investimentos estruturantes e a precariedade das infraestruturas condicionam significativamente o progresso económico.

Instituições inclusivas são fundamentais para o desenvolvimento, enquanto estruturas frágeis tendem a limitar o progresso económico (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Esta realidade é particularmente visível no contexto local analisado, onde a falta de políticas públicas eficazes impede a transformação das potencialidades em resultados concretos.

Dessa forma, torna-se essencial promover políticas públicas descentralizadas que valorizem o

desenvolvimento económico local, incentivem o investimento em infraestruturas e promovam a integração económica do Município de Bolongongo no contexto provincial e nacional.

Portanto, o desenvolvimento económico local deve ser entendido como um processo integrado, que envolve não apenas factores económicos, mas também dimensões políticas e institucionais. O reforço da transparência, da eficiência e da participação constitui um elemento-chave para garantir um crescimento mais equilibrado e sustentável em Angola. constitui um passo essencial para compreender de que forma a organização do poder político influencia o aproveitamento das potencialidades económicas locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Por que as nações fracassam**: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- ANNAN, Kofi. **We the peoples: the role of the United Nations in the 21st century**. New York: United Nations, 2002.
- BARBOSA, Rui. **Comentários à Constituição Federal Brasileira**. Rio de Janeiro, 1920.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- COLLIER, Paul. **The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: Sage, 2014.
- DAVIDSON, Basil. **Modern Africa: A Social and Political History**. London: Longman, 1981.
- FERREIRA, Manuel Ennes. **A economia de Angola: desafios e oportunidades**. Lisboa: Edições 70, 2018.
- FERREIRA, Manuel Ennes. **Angola: conflito e desenvolvimento**. Lisboa: Almedina, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- HODGES, Tony. **Angola: From Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism**. Oxford: James Currey, 2001.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PÉLISSIER, René. **La colonie du Minotaure: Nationalismes et révoltes en Angola (1926–1961)**. Orgeval: Péliissier, 1977.
- PHILLIPS, Rhonda; PITTMAN, Robert. **An introduction to community development**. New York: Routledge, 2009.
- PORTER, Michael E. **The competitive advantage of nations**. New York: Free Press, 1993.
- ROCHA, Alves da. **Relatórios económicos e análises sobre a economia angolana**. Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, 2015.
- SACHS, Jeffrey. **The end of poverty: economic possibilities for our time**. New York: Penguin Press, 2005.

SEN, Amartya. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalization and its discontents**. New York: W. W. Norton, 2002.

SWINBURN, Gwen; GOGA, Soraya; MURPHY, Fergus. **Local economic development**: a primer for developing and implementing local economic development strategies and action plans. Washington, DC: World Bank, 2006.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (PNUD). **Human Development Report 2001–2022**. New York: PNUD, 2022.

YIN, Robert K. **Qualitative research from start to finish**. New York: Guilford Press, 2016.

ZAU, Filipe. **Gestão local e desenvolvimento económico em Angola**. Luanda: Mayamba Editora, 2016.



5 Anos.
uma essên

www.primeiraevolucao.com.br



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.64>



COORDENAÇÃO:
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adriana Silva de Santana Barros
- Aldair de Jesus Adão e Calunda dos Santos Jorge
- Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho
- Ana Elisa Bagi de Oliveira
- Carina Fardim Soares
- Claudiene Alves da Silva
- Denise Teixeira Santos Menezes
- Diego Agostinho Dynczuki
- Edna Farias Cordeiro
- Emanuel Ramos Barra
- Esmael Joaquim Machado
- Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro
- Guilherme Mateus Moma
- João Francisco Marcelino
- Joice Botelho Silva
- José Manuel dos Santos
- Lilian Silvana Minho Zanetta
- Luciana Cardoso de Souza
- Luciane de Jesus Mineiro de Lima
- Lusilene da Rocha Alves
- Manuel Dungula Samaiata Chivinga
- Manuel Paulo Chamorro
- Marcelene Belisse Pazo
- Maria de Lourdes Ferreira da Silva
- Mario Adelino Miranda Guedes
- Mirella Clereci
- Moizes Antonio dos Santos
- Orlaneide Ferreira Santos Diamante
- Renato Souza de Oliveira Carvalho

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Parceiros:

